



# Análise do enquadramento legal do Conteúdo Nacional em Moçambique



# Intro/Agenda

8:30 – 10:30: Introdução e Apresentação do estudo

10:30 – 10:50: Coffee Break

10:50 – 11:30: Debate em plenário



# Porquê falar de conteúdo nacional?

## Conteúdo Nacional:

- Impacto directo
- Horizonte mais próximo
- Gestão privada



OPEX  
Emprego  
Nacional



OPEX  
Bens/Services  
Nacionais



CAPEX  
Bens/Services  
Nacionais



IPP  
(Royalties)



Petroleo lucro  
(Porcao do  
Governo)



Impostos ex-  
IPP



Lucros ENH

## Receitas do Estado:

- Impacto indirecto
- Horizonte mais longo
- Gestão Pública

# Política de Conteúdo Nacional: um meio para atingir um fim



Desenvolvimento industrial



Capacitação e desenvolvimento tecnológico



Diversificação económica

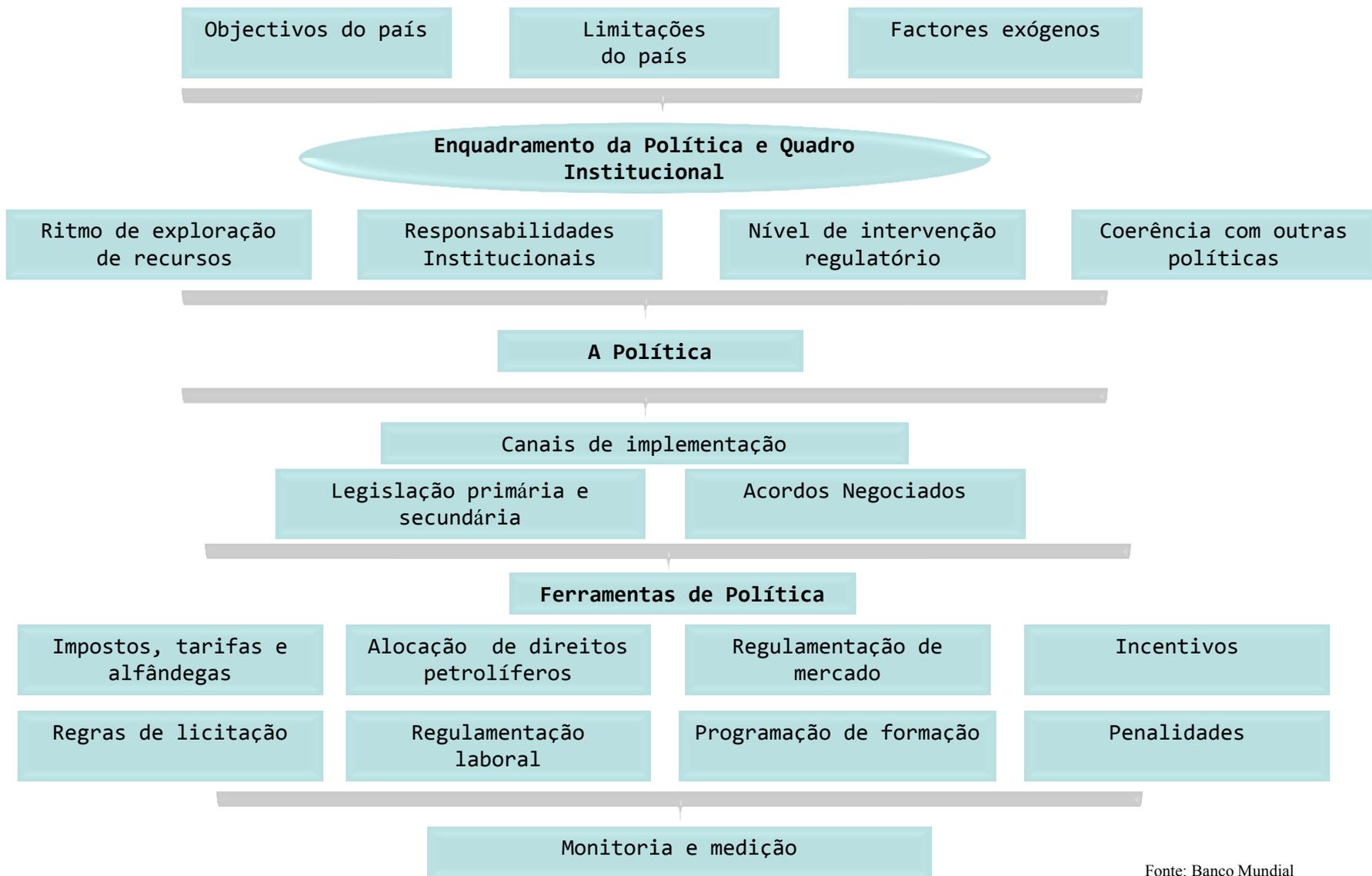


Geração de emprego e capacitação profissional

Infra-estruturação



# Um Modelo para desenvolvimento de política de conteúdo nacional



# Tipologias de Regulamentação de política de conteúdo nacional

## Recrutamento e Formação de Nacionais na Força de Trabalho

<b>Maximizar Nacionais</b> ( <u>sem metas</u> )	<b>Metas para Nacionais</b> (metas impostas para a força de trabalho total)	<b>Metas para diferentes posições</b>	<b>Posições Reservadas aos Nacionais</b>
--	--	---------------------------------------	--

## Compra de Bens e Serviços

<b>Preferência para Bens e Serviços Nacionais</b> <u>sujeito a competitividade</u>	<b>Margem de <u>Preferência</u></b> para bens/serviços nacionais	<b><u>Directrizes</u></b> para aquisição de bens e serviços nacionais	<b><u>Metas impostas</u></b> para aquisição de bens e serviços	<b>Conteúdo nacional</b> alavancado no processo de licitação
---	---	--	---	---

## Desenvolvimento de Cadeias de Suprimento Nacionais

<b>Obrigação regulatória de desenvolvimento de fornecedores nacionais</b>	<b>Incentivos para desenvolvimento de cadeias de suprimento</b>
---	---

# Adequar a abordagem ao contexto socio-economico

## Promoção

### Mercados de Fronteira

- Investimento externo
- Receita fiscal
- Emprego

### Países *OECD*

- Cumprimento com OMC
- Receita fiscal
- Emprego



## Encorajamento

### Mercados desenvolvidos (pequenos)

- Receita fiscal
- Desenvolvimento industrial
- Cumprimento com OMC



## Intervenção

### Mercados desenvolvidos (grandes)

- Receitas fiscais
- Desenvolvimento industrial

### Imperativo politico

- Distribuição dos benefícios
- Afiliações



# Comparação de Regimes Regulatorios

Fonte: Local Content Solutions

País	Política	Maturidade do sector		Recrutamento e Formação de Nacionais na Força de Trabalho				Compra de Bens e Serviços					Desenvolvimento de CS Nacionais	
	Classificação Da politica	Ind. Desenvolvida	Ind. Fronteira	Maximizar Nacionais (sem metas)	Metas para Nacionais	Metas para diferentes posições	Posições Reservadas aos Nacionais	Preferência para Bens e Serviços Nacionais sujeitos a competitividade	Margem de Preferência	Directrizes para aquisição de bens e serviços nacionais	Metas impostas para aquisição de bens e serviços	Conteúdo nacional alavancado no processo de licitação	Obrigação regulatória de desenvolvimento de fornecedores nacionais	Incentivos para desenvolvimento de cadeias de suprimento
Angola	Intervenção													
Australia	Encorajamento													
Brasil	Intervenção													
Gana	Encorajamento/Intervenção													
Indonesia	Intervenção													
Cazaquistão	Intervenção													
Oman	Encorajamento													
Nigeria	Intervenção													
Uganda	Promoção /Encorajamento													

# O Estado do conteúdo nacional em Moçambique



- Instrumentos de Planificação Nacional
- “Manifesto Eleitoral”
- Agenda 2025
- Programa Integrado de Investimentos
- Plano Estratégico de Promoção de Investimentos Privados
- ENDE

# Sonhar por Moçambique

## *in Um Programa de Mudança, uma Razão de Esperança*



- ECONOMIA DIVERSIFICADA, produtiva e competitiva promovendo a criação da riqueza e redistribuindo o rendimento nacional de forma justa
- EMPRESARIADO NACIONAL robusto e competente, fortalecendo as ligações entre empresas de dimensões variadas: dos grandes projectos às micro, pequenas e médias empresas
- RECURSOS NATURAIS E ENERGÉTICOS:
  - consolidar as parcerias entre as empresas nacionais e estrangeiras na exploração dos recursos naturais
  - empoderar as empresas nacionais no fornecimento de serviços e reforçar o papel do Estado como principal protector dos bens e serviços públicos, em defesa dos interesses nacionais
- INDÚSTRIA:
  - assegurar a implementação de um programa de industrialização do País
  - Potenciar o sector energético como alavanca para o relançamento da indústria transformadora
  - investimento em infra-estruturas de suporte

# Plano Quinquenal Governo 2015-2019



Paz, Soberania,  
Unidade Nacional

Promoção de  
emprego,  
produtividade e  
competitividade

Desenvolvimento  
infraestruturas  
sociais e  
económicas

Gestão  
sustentável e  
transparente  
dos recursos  
naturais

Capital Humano  
e Social

Qualidade Vida dos Moçambicanos

Estado de  
Direito e Boa  
Governação

Promoção  
ambiente  
macroeconómico  
sustentável e  
equilibrado

Cooperação  
Internacional

# Modelo para desenvolvimento de política de conteúdo nacional



- Falta de uma política clara e coerente
- Introdução de medidas legislativas antes de se proceder a uma política de enquadramento
- A prática mostra diversas tentativas de implementação de estratégias de conteúdo nacional
- Mozal (primeiro projecto)
- ✓ *Small and Medium Enterprise Empowerment and Linkage Program (SMEELP)*
- ✓ Empresas Moçambicanas, incluindo grandes empresas, trabalham em parceria com empresas estrangeiras

# Outras Iniciativas ...



- Elaboração Lei do Conteúdo Nacional



**BOLETIM DA REPÚBLICA**

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

- Algumas instituições de apoio



# 0 estudo: metodologia



Síntese do tratamento que a legislação moçambicana seleccionada dá ao conteúdo nacional tendo como base a pesquisa apresentada no estudo de 2013

Discussão sobre as políticas, estruturas, dinâmicas, medidas e padrões de supervisão adequadas *para o futuro*

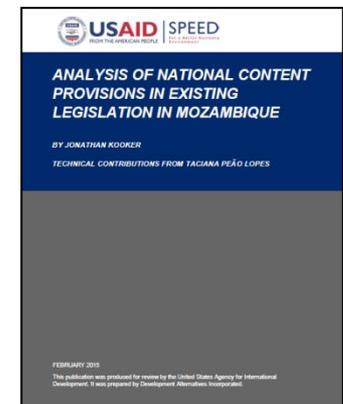
Apoiar as discussões jurídicas e de políticas públicas, sublinhando

- inconsistências e incertezas tanto para o sector público como privado
- as lacunas
- os conflitos presentes na actual legislação

Autoria: Jonathan Kooker

Consultora Nacional: Taciana Lopes

Contribuição: Dorival Bettencourt e Zach Kaplan





- Consultor jurídico senior tem representado Governos, instituições financeiras, sector privado, sociedades projecto e corporações internacionais em elaboração de políticas, reformas legislativas e projectos nos sectores da indústria extractiva e infra-estruturas
- A sua expertise centra-se no enquadramento jurídico do conteúdo local e nacional, procurement, incentivos ao investimento, direito fiscal, parcerias publico-privadas e project finance
- Advogado associado na Clifford Chance, assessor jurídico junto da Vice- Presidência (Legal) do Banco Mundial e do Ministério da Indústria e Comércio do Governo da Serra Leoa

# Legislação analisada



- Lei do Trabalho
- Código dos Benefícios Fiscais
- Política e Estratégia de Recursos Minerais, Resolução
- Lei e Regulamento das Parcerias Público-Privadas
- Regulamento Relativo aos Mecanismos e Procedimentos para a Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira
- Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas
- Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Industria Extractiva de Recursos Minerais
- Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Publicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado
- Regulamento de Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira no Sector de Petróleos e Minas
- Lei dos Investimentos e Regulamento
- Lei dos Petróleos
- Lei e Regulamento Cambial
- Lei de Minas
- Regulamento das Condições de Acesso e de Exercício da Actividade Seguradora e da Respectiva Mediação
- Lei de Autorização Legislativa referente aos Projectos de Liquefação do Gás Natural das Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma

# As quatro grandes temáticas do estudo:



## Temática Laboral



## Temática Fiscal



## Temática de Aquisição de Bens e Serviços



## Temática RSE





# A Temática Laboral



## ✓ Princípio orientador:

Foco nas habilidades e capacidades da força de trabalho Moçambicana através do emprego e formação de cidadãos em toda a economia

- ✓ sistema de quotas
- ✓ regime de incentivos fiscais
- ✓ quadro laboral específico do sistema de quotas para as concessões em mega projectos

*“a criação de postos de emprego para trabalhadores nacionais e a elevação da qualificação profissional da mão-de-obra moçambicana.” e a “elevação da produtividade e eficiências empresariais” Lei de Investimentos*



# Temática Fiscal



- ✓ Princípio orientador: objetivos de conteúdo nacional com obtenção de lucros
- ✓ uso das receitas do Estado a nível das comunidades
- ✓ partilha dos lucros nacionais e participação no capital social entre 5%-20% (Bolsa de Valores)
- ✓ regime de incentivos fiscais
- ✓ cálculo para favorecer bens e serviços Moçambicanos -10%  
*“O Governo procura assegurar os benefícios da indústria extractiva a favor do desenvolvimento social e económico dos Moçambicanos, através do estabelecimento de um regime fiscal que seja justo para os investidores mas que também maximize os retornos para o Estado...” Política Responsabilidade Social Empresarial*



# Temática de Aquisição de Bens e Serviços



- ✓ Princípio orientador: interacção das PME's / Grandes Empresas para aumentar a capacidade e qualidade dos bens e serviços traduzindo-se em bens e serviços mais acessíveis
- ✓ delegação ao Governo e/ou concessionários de poderes de concretização da contratação de bens e serviços nacionais
- ✓ concessão de uma vantagem a um nacional ou empresa local
- ✓ benefícios para empresas estrangeiras que façam uma parceria com uma empresa nacional ou local

*"o Governo deve criar mecanismos e definir as condições do envolvimento do empresariado nacional nos empreendimentos de petróleo e gás", Lei de Petróleos*



# Temática da Responsabilidade Social Empresarial



- Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais
- Pressuposto: interesse dos investidores estrangeiros em desenvolvimento sustentável, crescimento económico, redução da pobreza e protecção dos recursos em Moçambique é orientado pelos seus padrões de RSE que pelos seus interesses económicos e comerciais
- Política de caridade económico-social

*"Promover a participação do empresariado nacional e a criação de parcerias na actividade de recursos minerais e em toda a sua cadeia de valor, com particular destaque para a área de procurement, fornecimentos de bens e insumos e prestação de serviços; e*

*Estimular um crescimento do licenciamento de operadores Moçambicanos e promover o estabelecimento de cooperativas, associações de artesãos, e PMEs” Política de RSE*

# Conclusões



Pesquisas com relação aos efeitos educacionais, vocacionais e macroeconómicos dos sistemas de quotas e priorização de desenvolvimento humano em programas de conteúdo nacional



Melhor definição de “desenvolvimento social”, “sustentabilidade”, “desenvolvimento social” e detalhes sobre supervisão e padrões de implementação

Avaliação dos benefícios fiscais no que toca ao conteúdo nacional

# Conclusões



Definição dos princípios de participação das empresas nacionais e do direito de preferência

A delegação para o Governo concretizar procedimentos deve ser concedida a uma determinada entidade para evitar conflitos de competência entre ministérios

Definição clara do conceito de “pessoa nacional”, “pessoa jurídica moçambicana”, “produtos e serviços locais

# Conclusões



A Política como instrumento importante na identificação de lacunas legislativas e na compilação da legislação existente

Pressupões a falta de capacidade das PME's para participar no processo de cadeia de valor da indústria extractiva

Vê as parcerias entre as PME's e os investidores como actos filantrópicos, desresponsabilizando o Governo da sua função de gestão sócio-económica do país

# 1) Recomendações: Comissão Interinstitucional de Conteúdo Nacional



- Criação de uma Comissão Interinstitucional de Conteúdo Nacional para a criação de uma política
- Regime de parceria com o sector privado
- Duração: prazo de investigação e preparação da política
- Definição do conteúdo da política: Legislação abrangente vs Legislação conteúdo específico

## 2) Recomendações: Formulação de Políticas



- Investigação e pesquisa dos efeitos educacionais, vocacionais e macroeconómicos dos sistemas de quotas
- Impacto económico das medidas que determinam a participação das empresas nacionais e das parcerias com o Estado
- Estudos que orientam a procura para o conteúdo nacional e as vantagens e desvantagens do tratamento preferencial dos bens e serviços nacionais
- Mapeamento exaustivo da procura e avaliações das barreiras ao uso de bens/serviços nacionais
- Análise do uso da tributação

### 3) Recomendações: Processo Legislativo



- Processo que se iniciará após a Comissão ter levado a cabo todos os estudos relativos à formulação de políticas
- Clarificar disposições gerais
- Definir os termos usados na lei de forma consistente e sistemática
- Preencher as lacunas da legislação
- Harmonizar as temáticas do conteúdo nacional
- Estabelecer procedimentos e acções
- Designar uma entidade para garantir o cumprimento da lei e proceder à fiscalização

## 4) Recomendações: Processo Legislativo



- Encorajar a comunicação, transparência e flexibilidade
- Desencorajar acções que não sejam standardizadas e que criam discricionaridade
- Incentivar o desenvolvimento de capacidades
- Legislar de forma competitiva e não caridosa (ambiente de negócios)
- Incluir no processo regulatório as comunidades que habitam junto dos mega projectos



**USAID**  
DO POVO AMERICANO

**SPEED**  
Por Melhor Ambiente  
De Negócios

# KANIMAMBO

Taciana Peão Lopes  
Dorival Bettencourt

5 de Março de 2015